

A HERANÇA DA BANDEIRA BRASILEIRA: PROBLEMAS DE IDENTIDADE E AUTO-ESTIMA PARA A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

José Antonio Gomes de Pinho*

RESUMO

Este trabalho discute a questão da inserção do dístico "Ordem e Progresso" na bandeira nacional e os problemas que isto representa. Para tanto, é feita uma análise da proclamação da república, destacando as forças sociais que tomaram parte nela. O dístico "Ordem e Progresso" é lema básico do positivismo que possui forte carga autoritária. Essa herança, presente até os nossos dias, contribui para uma baixa auto-estima, bem como dificulta a criação de uma nação democrática.

ABSTRACT

This article discusses the slogan "Ordem e Progresso" introduced in the Brazilian flag and the problems associated to it. To fulfill this aim it is analysed the republic's proclamation in 1889 expressing the social forces which took part in that movement. The "Ordem e Progresso" slogan came from the positivism which exhibits a strong authoritarian content. This heritage present until now, has contributed to a low self-esteem as well as has diffi-culted the emergence of a democratic nation.

* Prof. Adjunto da Escola de Administração da UFBA e Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Administração - NPGA

COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Estando perto de completar 500 anos do “descobrimento” do Brasil por parte dos portugueses, é momento de fazer uma profunda reflexão sobre o que é o Brasil e o possível destino que venha a tomar. Esta reflexão é necessária no sentido estrutural, para entender uma série de processos decisivos que configuram uma certa natureza do País e, no sentido conjuntural, para entender o momento presente, situá-lo nesse contexto estrutural e projetá-lo para o futuro. Este trabalho não visa a discutir algo na linha de um projeto para o País, mas chamar atenção para determinados elementos estruturais que marcam e impregnam a alma nacional e, que ao não livrarmo-nos deles, perpetuamos uma série de processos e comportamentos nefastos que se rebatem sobre o povo e a nação brasileiras.

Entre outras fontes de inspiração, este trabalho encontra em Lessa (1998) respaldo para seguir em frente. Assim, Lessa postula que “a construção de qualquer projeto voltado para o futuro do Brasil precisa, como pré-requisito, retomar duas questões fundamentais: a da identidade nacional e a da auto-estima” (idem, p. 101). E avança mais: “sem se reconhecer e sem se considerar capaz, um povo perde a possibilidade de sonhar e de ter utopias, deixa de ser sujeito da sua própria história, e passa à condição, digamos, de material etnográfico. Quando isso se instala, as grandes idéias desaparecem e, com elas, as grandes opções, inclusive as de natureza econômica” (idem, p. 102). Para Lessa, a “história brasileira foi complicada e injusta, mas cheia de dinamismo”. Comparando-a com sociedades da Europa, “a trajetória da construção da identidade brasileira foi fragmentada e incompleta”, sendo “sempre um projeto intelectual das elites e contra-elites, embora acabasse atingindo todos os estratos da população” (idem, p. 104).

Lessa diz ser necessário “procurar entender que idéias de povo e de território estão por trás da construção da identidade brasileira” e aponta dois grandes mitos fundadores do território: o Eldorado e a “ilha brasílica”, sendo o primeiro o mais forte. A idéia do Eldorado estava ligada à disponibilidade de ouro e prata, riquezas enfim, a idéia do Paraíso, ou seja, à idéia de abundância. A idéia da “ilha brasílica” lidava com o território: ligando as bacias do Prata e do Amazonas, o Brasil seria visto como uma grande ilha localizada entre essas bacias e o oceano Atlântico. “É o território que articula, desde o início, nosso imaginário nacional” (idem, p. 106).

A idéia de povo só começa a ser construída no século XX e é “muito problemática”. Após a Independência houve tentativas de procurar nossas raízes no povo indígena, mas este era muito primitivo, não havia criado grandes civilizações, como no caso dos povos andinos. Quanto aos portugueses, estes representavam uma sociedade europeia decadente, e estávamos nos libertando deles. Considerar os negros seria “impensável numa sociedade escravagista” (idem, p. 107). Além do mais uma civilização nos trópicos era vista como inviável. “Assim, sem povo e sem civilização, o Brasil desenvolveu um complexo de inferioridade brutal, agravado no início da República” (idem, p. 107). Com a crise pós-primeira guerra mundial, “a elite ilustrada começa a descobrir o povo brasileiro” na década de 20 com o movimento modernista notando que o traço mais marcante do povo era a mestiçagem e que nos trópicos “só o mestiço é capaz de fazer civilização” (idem, p. 109). Nesta trilha, o elemento português é recuperado e passamos a nos reconhecer como uma “civilização luso-brasileira”, recuperando-se conteúdos de nosso passado histórico recente.

Para Lessa, esse processo de criação e valorização de símbolos nacionais sofre uma violenta quebra com o golpe de 1964. “O regime militar absorveu ideologicamente o trabalho de construção de identidade e de auto-estima que tinha sido feito antes”. Quanto às oposições, ele diz que estas assumiram a posição de “negar tudo, o que foi um grande exercício de desconstrução”. “A luta contra a

ordem autoritária corroeu poderosamente os elementos de identidade do passado, sem colocar nada no lugar. A auto-estima despencou" (idem, p. 110). Ele ainda observa que a solução para a ordem autoritária e todos os problemas daí advindos seria a volta à democracia. "Retornamos à democracia e os problemas se acumularam". A situação no Brasil é extremamente agravada porque "sempre convivemos com a idéia de que o passado nos condenava mas o futuro nos redimiria. A sociedade brasileira nunca fundou sua legitimidade no passado, mas numa dialética que apontava para o futuro". Assim, "estamos vivendo uma colossal crise de auto-estima e de identidade" e para Lessa, as soluções não passam pela macroeconomia assim como se defende antecipadamente da acusação do nacionalismo por entender que "se nacionalismo é cultivar a idéia de identidade e levantar a auto-estima, então ele é absolutamente indispensável para enfrentar os desafios atuais" (idem, p. 111).

Para finalizar, recolhemos de Lessa (idem, p. 103) que "este país realizou feitos espantosos, acalentou opções gigantescas, com base em idéias e sentimentos ligados a auto-estima, identidade nacional e mitos fundadores da nacionalidade. Mas, o ambiente cultural que tornou isso possível desapareceu. Hoje não somos capazes de sustentar macroidéias". E ainda lembra que "o discurso hoje dominante é o do fracasso e da culpa" (idem, p. 103) e defende que "a nação não é um constructo do mercado" (idem, p. 105), o que pode ser entendido como uma crítica ao neoliberalismo que transfere para o mercado uma série de decisões estratégicas para a nação, transforma-o em fórum para decisões estruturais.

Nesta linha de pensamento e de preocupações é que se insere nosso trabalho. Assim, é que trazemos uma proposta de uma macroidéia fundada no questionamento do dístico "Ordem e Progresso" da bandeira, que entendemos deva ser substituído por "Independência ou Morte". Sustentamos que a decisão a respeito da bandeira foi tomada em círculo muito restrito de poder, de uma forma muito açodada, e, portanto, não tem legitimidade mais ampla. Entendemos que a bandeira é um símbolo por demais forte para um país, é uma referência para seu povo para ser decidida de uma forma fechada e autocrática. Esperamos subsidiar e justificar esta proposta nas seções seguintes.

FUNDAMENTOS DA PROCLAMAÇÃO

Interessa-nos, para entender nosso objeto, identificar quem proclamou a República, que grupos efetivamente lograram êxito e como, então, se chegou à bandeira nacional. O novo regime era disputado por três correntes principais: "o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo", que se combateram intensamente resultando vencedora a primeira nos anos iniciais da República (Carvalho: 1990: 9). Havia dois modelos franceses, referentes à Primeira e a Terceira Repúblicas. A imagem da Primeira República sobrepunha-se à Revolução de 1789, na sua fase jacobina com realce para os aspectos da participação popular, enquanto a Terceira República incorporava uma crítica liberal visando conciliar liberdade e o exercício do poder. Uma variante do modelo da Terceira República chegou ao Brasil principalmente através "dessa curiosa raça de pensadores que foram os positivistas, de aquém e de além-mar" (idem, p.20). O pensamento positivista expresso por Comte era conservador no sentido de "conciliar o progresso trazido pela Revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positivista baseada na Religião da Humanidade" (idem, p. 21). Um ponto crucial do pensamento positivista ortodoxo baseava-se na rejeição do governo parlamentar e no estabelecimento da ditadura republicana que embutia uma idéia de "um governo discricionário de salvação nacional e a idéia de representação, de legitimidade" (idem, p. 21). Mas a idéia era "ambígua", e a idéia de representação colocada na figura do ditador se aproxima da representação simbólica ou virtual onde o representante se coloca no lugar do

representado, possuindo em relação a este grande independência. Ele deve representar as massas, podendo na prática delas se afastar. "Na realidade, o bom ditador comtiano seria aquele que conduziu as massas" (idem, p. 21).

Carvalho distingue três posições entre os grupos republicanos no Brasil. A primeira posição era representativa dos interesses dos proprietários rurais ligados ao café localizados em São Paulo. Para estes, o modelo americano baseado nos interesses individuais era o mais adequado. Porém, havia uma diferença fundamental: nos Estados Unidos havia ocorrido uma revolução prévia à instalação da República, criando uma sociedade igualitária formada pelos colonos, enquanto no Brasil não houvera esta revolução. Assim, "o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte" (idem, p. 25). Um segundo modelo respondia aos interesses de setores da população urbana, constituída por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes para os quais o Império representava "o atraso, o privilégio, a corrupção", a limitação das oportunidades de trabalho. Para estes grupos, a solução liberal ortodoxa não era boa pois ficariam em situação desfavorável em um sistema de competição livre. A grande inspiração era a França, ainda que as diferenças entre as duas realidades fossem enormes. Eram seduzidos por "apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação", levando as dificuldades de operacionalização a mantê-las no nível de abstração. Do mesmo modo, "a idéia de povo era abstrata". Uma terceira posição identificada por Carvalho, era aquela para a qual não interessava nem a solução americana nem a jacobina. Baseada no positivismo condenava a Monarquia "em nome do progresso". Defendiam a idéia da ditadura republicana com um Executivo forte e intervencionista. "Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde o tempos pombalinos do século XVIII" (idem, p. 27). Se na posição jacobina o povo era um abstração, uma idéia pouco desenvolvida, na visão positivista brasileira o proletariado seria incorporado à sociedade moderna através de uma política social estatal. Esta incorporação seria feita através do "reconhecimento, por parte dos ricos, do dever de proteger os pobres, por meio de mudança de mentalidade, e não pelo conflito de classes" (idem, p. 31). Um grupo social em particular foi atraído por essas idéias: os militares, o que configura uma situação irônica dado que, no positivismo não havia lugar para a instituição militar, mas os militares brasileiros fazem uma adaptação ao se proclamarem identificados com o povo, dada sua origem social. A identificação com o positivismo repousa fundamentalmente na formação técnica que possuíam em contraste com a formação literária da elite civil assim como na ênfase dada pelo positivismo à ciência e à indústria.

Uma fonte extremamente rica é propiciada pelo recente trabalho de Celso Castro (1995) que traz novos elementos à compreensão da proclamação da República e dos grupos que nela participaram. Visando a entender melhor o papel dos militares na proclamação, Castro lembra a ocorrência de uma tendência internacional na primeira metade do século XIX, de profissionalização e burocratização da carreira militar. No exército pré-moderno os oficiais em geral eram mercenários ou recrutados fundamentalmente entre a aristocracia. Com a profissionalização, desenvolveu-se um *ethos* específico, configurando-se "um grupo profissional dotado de *relativa* autonomia em relação ao restante da sociedade" (idem, p. 19). Se esta era uma tendência nos países mais avançados, no Brasil, a situação era outra: a profissionalização atingia apenas os oficiais superiores. "A principal explicação para essa situação desanimadora está na posição marginal ocupada pelo Exército durante o Império" (idem, p. 20). Havia uma incontestável supremacia do poder civil baseada na formação bacharelesca

¹ Com as mudanças no perfil do Exército, principalmente no que se refere ao recrutamento, ao final do Império, cerca de metade dos generais era oriunda de famílias inferiores e haviam chegado a essa posição fundamentalmente devido ao mérito e a competência (Castro, op.cit).

das elites. A chamada "mocidade militar" que possuía estudos superiores sofria uma "dupla marginalização": por um lado, pela ordem monárquica dominada pelos bacharéis em direito e, por outro, dentro de um Exército que como um todo não se modernizava. "O isolamento e o ressentimento daí resultantes possibilitariam o desenvolvimento de características ideológicas distintas e em grande parte contrárias às da elite civil" (idem, p. 20).

Em síntese, para Castro (p.29) o Exército ao final do Império podia ser caracterizado pelos seguintes elementos: adoção crescente de critérios burocráticos e meritocráticos de promoção, abertura a pessoas não provenientes das elites¹, separação entre as armas "científicas" (as do estado-maior: artilharia e engenharia) e os "tarimbeiros" (infantaria e cavalaria, mais ligados à tropa e geralmente sem curso superior) no que se refere à formação acadêmica. Esta separação dentro do Exército se mantém até o final do Império entre os "científicos" e os "tarimbeiros" mostrando uma superioridade abissal do primeiro grupo sobre o segundo no tocante à conclusão de curso superior².

Entretanto, os oficiais das "armas científicas" não se tornaram privilegiados, não tendo-se gerado uma ampliação significativa de unidades e vagas para comandos, tendo muitos oficiais "científicos" de passar longos períodos em funções burocráticas ou assumir o magistério. O Exército mantém-se predominantemente "tarimbeiro", custando a se modernizar, o que vai causar uma série de insatisfações e ressentimentos dos militares em relação ao governo e aos civis. "Na falta de perspectivas consideradas atraentes para a ascensão profissional dentro do Exército, os jovens "científicos" passavam a interessar-se menos pela profissão militar e mais por seu pertencimento à elite intelectual da sociedade brasileira. Era com os membros dessa elite que disputavam, social e simbolicamente, espaço e poder" (idem, p.50).

De uma maneira geral, "os novos corpos de oficiais formados nas escolas militares se diferenciavam em muitos aspectos das sociedades de que faziam parte, parecendo "ilhas de modernidade" em meio a um oceano de valores tradicionais", assumindo, muitas vezes "o papel social de vanguardas "modernizadoras"" (idem, p.41). No Brasil, quem vai fazer esse papel é a Escola Militar da Praia Vermelha, "a principal instituição a desenvolver características "modernas" no seio de uma sociedade predominantemente tradicional - rural, patriarcal e hierarquizada -, e que assim permaneceria até bem depois de instituída a República" (idem, p. 42).

Ao longo das décadas anteriores à proclamação vai-se construindo uma oposição entre jovens militares "científicos" e os bacharéis em direito, repousando a crítica dos primeiros aos segundos no ideário positivista de que estes não tinham uma educação com elementos científicos, não estava baseada no cientificismo, entendido como a supervalorização da ciência, e principalmente a matemática, base da Escola Militar. Por sua vez, "a mentalidade "bacharelesca" caracterizava-se por ser o produto de um tipo de ensino avesso à ciência experimental e mais voltado para as letras e a retórica, resultando um claro desprezo pelo trabalho técnico e produtivo" (idem, p.55). O conteúdo mais "técnico" do ensino militar distanciava-se da educação "clássica" das escolas de direito e medicina do Império e considerado pela elite "um tipo de conhecimento inferior". No entanto, pondera Castro (idem, p.55), o "tipo de discurso e pensamento característico da "mocidade militar" muito se assemelhava ao modelo tão criticado nos bacharéis", predominando o "mesmo estilo "bacharelesco", tão criticado nos cursos de direito"³.

² "O fosso entre as armas "tarimbeiras" e as "científicas" foi ainda maior entre 1881 e 1997, quando os cursos de infantaria e cavalaria foram reduzidos a apenas um ano", configurando-se uma "superioridade intelectual das armas "científicas" tanto que os alunos destes chamavam de "curso de alfa" ao curso dos "tarimbeiros" (Castro, op.cit., 50).

³ As diferenças internas no Exército podem ser percebidas ao se levar em conta que os militares "tarimbeiros" tratavam pejorativamente os jovens "científicos" como "bacharéis fardados" (Castro, p.56).

O positivismo é normalmente apontado como a doutrina filosófica que marcou os militares que lutaram pela República no Brasil. O positivismo e diversas formas de evolucionismo passam a ser adotados pela elite intelectual brasileira, bem como latino-americana, a partir de 1860, baseando-se na "suposição de que se pode saber, *cientificamente*, por que o passado foi o que foi, por que o presente é o que é, e como futuro inevitavelmente será" (Santos: 1978: 89). Para os positivistas, "o Brasil não deixara ainda o estágio metafísico do desenvolvimento social e precisava destruir o princípio monárquico de organização política e o sistema escravocrata para poder ingressar no estágio científico, caracterizado pela modernização da economia – a criação de um sistema industrial – sob a liderança de um **despotismo iluminado**" (idem, p. 89) (ênfase adicionada).

Na Escola Militar, a influência positivista inaugura-se com os ingressos de Benjamin Constant como professor de matemática em 1872 e de Roberto Trompowsky em 1877 na mesma matéria. Apesar da influência desses dois professores, "o positivismo não era – ao contrário do que às vezes se afirma – predominante no conjunto dos professores" (Castro, p.67). Menos do que 20% dos professores seguiam a corrente, porém entre os alunos "o positivismo era muito disseminado" (idem, p. 67), o que era explicado fundamentalmente pela importância atribuída à matemática e às ciências, pela oposição ao espírito legista e ao destaque reservado à nova elite "científica" no estágio positivo vindouro (idem, p. 67).

Castro, no entanto, relativiza esta colocação, mencionando que os escritos dos alunos da Escola Militar revelavam influências intelectuais diversificadas de matiz evolucionista e que, entre os alunos, os positivistas ortodoxos nunca foram dominantes. "O cientificismo predominante era uma mistura eclética de diversas doutrinas" (idem, p.72). Mas para os jovens científicos o que prevalecia não eram as diferenças entre elas mas o que tinham em comum: "a fé no progresso e na posição de destaque devida à ciência" (idem, p. 73). Outro ponto comum a essas doutrinas era a oposição à metafísica e à religião católica, colocando-se a maioria dos jovens militares "científicos" como agnósticos ou ateus (idem, p.74). Em relação à Abolição, houve participação de jovens oficiais do Exército na campanha abolicionista desde seu início, sendo este sentimento abolicionista explicado pelas "idéias de progresso, cientificismo e evolução" presentes nessas doutrinas (idem, p.77).

Mas as simpatias dos jovens oficiais extrapolavam o abolicionismo, atingindo também a causa da República, dado ser vista esta como a forma mais racional e *científica* de governo. Os alunos da Escola Militar fundaram clubes secretos republicanos e, enquanto o positivismo ortodoxo considerava que a República deveria ser instituída de cima, mantendo até o próprio Imperador, alguns alunos visualizavam a necessidade da destruição do velho regime para implantar a República o que não seria feito "sem comoção e sem abalo" (idem, p.82). Mas é com a chamada Questão Militar (1886/87) que o movimento republicano entre os jovens oficiais ganha impulso definitivo. Embora seja complexa e cheia de idas e vindas, a Questão Militar pode ser sintetizada como um conflito, ora aberto ora latente, entre o governo (civis) e os militares. Em sua base, estava a proibição dos oficiais de discutirem questões políticas ou militares na imprensa sem consentimento prévio do ministro da Guerra. A desobediência à essa determinação resultou numa série de conflitos estando por detrás destes "um *ressentimento* para com os políticos, os quais, para os militares, se julgavam superiores aos oficiais do Exército, embora estes tivessem sido os que realmente se arriscaram pela Pátria, numa alusão à Guerra do Paraguai" (idem, p.86). O desenrolar da Questão leva a acusações ácidas de ambos os lados e se cristaliza no momento em que o marechal Deodoro, que comandava a importante província do Rio Grande do Sul e tinha o apoio de um grande número de oficiais, se envolve nela. Os militares se sentiam ofendidos por críticas e posicionamentos assumidos pelo governo e "Deodoro assumia explicitamente a posição de intérprete dos oficiais ressentidos que estavam sob seu comando" (idem, p. 88). A Questão Militar teve vários desdobramentos mas, apesar de toda a sua importância, ela mobilizou apenas alguns "grupos de militares": as principais adesões ficaram restritas ao Rio Grande do Sul, com escassa

participação de oficiais superiores. "No entanto, os militares que participavam da Questão conscientemente ou não, foram felizes ao conseguir vinculá-la a um *ressentimento* contra os civis em geral, os políticos em particular, e ao monopolizarem elementos simbólicos extremamente importantes para o *ethos* militar, como "honra", "brios" e "pundonor" (idem, p. 97).

AS "PROCLAMAÇÕES" DA REPÚBLICA

Carvalho (1990) fala em "proclamações" da República ao invés de proclamação por entender que vários grupos reclamaram o direito de comando na concretização do ato. Uma primeira proclamação seria atribuída ao efetivo proclamador, o Marechal Deodoro da Fonseca. O deodorismo era formado por "setores militares desvinculados da propaganda republicana" e os deodoristas eram sobretudo oficiais superiores que haviam lutado na guerra do Paraguai acrescidos de alguns jovens oficiais, todos majoritariamente não republicanos. "Para esse grupo, a proclamação foi ato estritamente militar, corporativo, executado sob a liderança insubstituível de Deodoro. Os civis pouco ou nada influíram" (idem, p. 38). A questão é extremamente complexa ao se levar em conta a "reconhecida falta de convicção republicana do marechal" e o fato de que este grupo, afastado da "mocidade militar", não comungava das idéias positivistas. O que deve ser enfatizado é que Deodoro "não era republicano", vendo a República no Brasil como "coisa impossível" e como uma "verdadeira desgraça", devido a falta de educação dos brasileiros (Castro; 1995; 133). Mesmo não sendo republicano, a atuação de Deodoro à frente do Clube Militar incomodava o Império que então desenvolve uma série de ações para afastá-lo da cena principal. Essa ação e outras do governo só faziam aumentar o distanciamento e o enfurecimento de Deodoro em relação ao Império. Para os deodoristas, a República representava a eliminação de um regime que era dominado "por uma elite bacharelesca infensa aos interesses castrenses, desrespeitosa dos brios militares" (idem, p. 39). Quanto ao seu posicionamento a respeito do novo regime, "esse grupo não tinha visão elaborada da república, buscava apenas posição de maior prestígio e poder, a que julgava ter o Exército direito após o esforço de guerra contra o Paraguai" (p.39). Mesmo no crucial momento do pronunciamento frente ao ministério do Império que capitulava, o discurso de Deodoro havia sido o de um militar ligado à tropa, não o de um republicano além de não falar em mudança do regime mas sim de formar um novo ministério junto ao Imperador (idem, p. 190).

Uma outra "proclamação" teria sido a feita por Benjamin Constant cuja compreensão deve ser atrelada a da chamada "mocidade militar". Castro faz uma rápida biografia de Benjamin, de onde tiramos os seguintes elementos essenciais. Proveniente de família de poucos recursos concluiu o curso da Escola Militar em 1860 iniciando uma carreira no magistério como professor de matemática. Como capitão participa da Guerra do Paraguai, mas com muita discrição, manifestando em correspondência à sua esposa o desinteresse que tinha pela carreira militar (idem, p.110). Em 1873 torna-se professor da Escola Militar através de concurso, declara-se adepto do positivismo e divulgador dessas idéias. Participa da fundação em 1876 da Sociedade Positivista do Brasil que se transforma em 1881 no Apostolado e Igreja Positivista do Brasil, que radicaliza a visão do positivismo, mas rompe com esta em 1882. Seu interesse pelo positivismo residia mais nas obras da primeira fase deste, a fase "científica" de Comte, afastando-se em definitivo do sectarismo da Igreja Positivista. Constant "como positivista, embora não ortodoxo, nada tinha de militarista, repugnava-lhe a idéia do predomínio da força na política" (Carvalho: 1990: 41). Ao início de sua carreira, colocava-se muito mais como um pensador, um teórico, um professor do que um militar. Benjamin sentia-se perseguido, vítima de uma série de injustiças e de preterições em nomeações em concursos para outras posições no magistério, postuladas para

complementar os escassos vencimentos da carreira militar. Em sua posse como diretor da Escola Normal, criada em 1880, Benjamin faz elogios públicos ao monarca.

Quando estava em desenvolvimento a Questão Militar, Benjamin critica dois oficiais atingidos por uma determinação do Império chamando-os de "turbulentos que querem fazer a República". (Castro: p.119). Com a evolução da Questão Militar passa a atuar como membro da "classe militar", quando antes colocava-se muito mais como um professor do que como um militar. Benjamin Constant irá comandar a "mocidade militar" a partir de uma série de afinidades existentes entre ele e este grupo de militares "científicos", entre as quais se destacava a oposição "ao mundo dos capitais sociais herdados (e não adquiridos por mérito pessoal) – o mundo dominado pelos bacharéis de direito – e, em parte, dentro do mundo militar, pela oposição aos "tarimbeiros"" (idem, p.121).

Vale a pena destacar as características típicas dos membros da "mocidade militar" apontadas por Castro (p. 125): "o ingresso na carreira por necessidade, a marcante viagem da província para estudar na Corte, o contato com as idéias "científicas" na Escola Militar, o encantamento com a cultura européia, principalmente a francesa, a adesão ao abolicionismo e ao republicanismo". Encerrada a Questão Militar em maio de 1887, é essa mocidade militar que vai lutar para manter a unidade constituída pela "classe militar", criando "círculos militares", agitando, conspirando, explorando politicamente qualquer incidente ou acontecimento envolvendo militares, e se aproximando de Constant.

Em discurso feito no encerramento das aulas de 1888, Benjamin destacava sua crença no positivismo e na "mocidade militar" como "predestinada a ocupar uma posição central na sociedade em função de sua educação científica". Nesta ocasião, o discurso não se refere à honra militar, mas sim à ciência. "A farda é incômoda tanto para Benjamin quanto para os jovens "científicos"", mostrando como estes se afastavam da grande maioria do Exército, os oficiais orientados para a carreira (idem, p. 141). Um incidente com militares, em setembro de 1889, é explorado intensivamente pela "mocidade militar" que se tornava cada vez mais "radicalizada", pregando um término no estado de coisas existentes no país, o que teria que ser feito por "audaciosos" sendo que a coragem superaria o seu pequeno número (idem, p. 161). Por outro lado, a esta posição correspondia uma "crescente radicalização política de Benjamin Constant" (idem, p.161). E esta pode ser aferida em uma outra situação de conflito ocorrida em uma recepção a oficiais da Marinha do Chile, ao final de outubro de 1889. Saudado por um aluno e apoiado pelos outros presentes, Benjamin faz em seu discurso de agradecimento "um ataque frontal ao governo", e isto na frente do ministro da Guerra que se retirou. O discurso provocou aplausos delirantes dos alunos, fazendo "renascer a Questão Militar em sua versão mais radical" (idem, p.169).). Com este episódio, "a "mocidade militar" encontrara seu líder" (idem, p.170). Para Castro isto inverte o conhecimento até agora formado sobre a questão: Benjamin "é que é atraído pela "mocidade militar", que estava à procura de um líder" (idem, p.172). "No entanto, apesar de todas as referências ao Exército e da farda de tenente-coronel que Benjamin vestia na ocasião, foi o discurso de um "científico"; não de um soldado" (idem, 169), um comportamento que se confirmava mais uma vez. O que podemos observar é que Constant perde seu lado ainda monarquista e de repulsa à república à medida que o tempo passa e novos acontecimentos vão jogando-o nos braços da "mocidade militar" tornando-o um verdadeiro republicano.

Nos contatos com Deodoro para agilizar a "revolução republicana" e convidando-o para comandá-la, Constant fala da necessidade de constituir uma "ditadura moderada" (idem, p.185). Se Deodoro era caracterizado pela falta de convicção republicana, Benjamin Constant o era pelas "dúvidas"(Carvalho; 1990; p.37), pelas "hesitações" no dia 15 (idem, p.41). Enquanto os deodoristas visavam a salvação do Exército, "a república da vertente Benjamin Constant queria a salvação da pátria", incorporando uma "tendência messiânica" do papel dos positivistas militares e civis (idem, p. 42).

A outra proclamação considerada por Carvalho refere-se aos propagandistas civis da República, colocados em uma posição mais "problemática" pois a ação efetiva da proclamação havia sido "decidida e levada a efeito pelos militares" (idem, p.49). "Os republicanos civis foram colocados a par da conspiração apenas quatro dias antes de seu desfecho" (idem, p.49). A legitimidade do movimento demandava que "não aparecesse como simples ação militar", com o intuito de "evitar a ironia de uma proclamação alheia ao esforço que desenvolviam havia tantos anos" (idem, p. 49), o que basta lembrar que o Manifesto Republicano havia sido lançado em 1870 por civis, seguindo-se a criação de diversos partidos republicanos com base estaduais. As efetivas possibilidades de êxito do movimento republicano civil eram reduzidas e isto se atribuía a situação de desorganização do partido no Rio de Janeiro, capital do Império, onde haveria apenas um "simulacro de partido". Os republicanos históricos, ou uma parte deles, colocou-se ao lado de Deodoro, mas não ao lado de Benjamin pois este representava uma concepção de república, a qual se opunham. Embora houvesse históricos positivistas, majoritariamente no Rio Grande do Sul, eles não predominavam no Rio de Janeiro e menos ainda em São Paulo, onde o peso maior do movimento se localizava. Quintino Bocaiúva diria que próximo ao golpe, tanto Deodoro quanto Benjamin, desconheciam quase completamente os republicanos civis (Castro; p.176). "O golpe foi militar em sua organização e execução. Políticos republicanos civis tiveram um papel importante na organização do novo regime; não antes" (Castro: p.176). A contribuição dada pelos republicanos civis seria visível apenas no dia seguinte ao golpe consubstanciada na aceitação do novo regime pela nação (idem, p. 177). Mesmo em 1889, o poder eleitoral do Partido Republicano era pequeno. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, os três candidatos (civis) do partido na Corte tiveram apenas 12% dos votos. Apenas no Rio Grande do Sul, onde seria o segundo partido, e em São Paulo, onde tinha cerca de 25% do eleitorado o partido tinha força significativa (idem, p.177). Além desta pequena expressão eleitoral, o Partido Republicano sempre foi, desde a fundação em 1870, um partido dividido e onde prevaleciam as idéias liberal-democráticas (idem, p.177/8). Nessas condições, a aproximação com os militares era mais "instrumental" do que "político ou ideológico". Do ponto de vista dos militares, esta aproximação "representava a possibilidade de darem ao golpe a imagem de um movimento mais amplo que uma simples insurreição militar" (idem, p.178). O encontro entre os republicanos civis com Deodoro só viria a ocorrer a 11 de novembro, e esta aproximação, "ao menos da parte de Deodoro, eivada de desconfianças" (idem, p. 178). Deodoro, há quatro dias do 15 de novembro, ainda "pensa numa ação puramente militar, com a dispensa dos civis, reclamados por Benjamin Constant" (Faoro; 1987:485). Era notório o deslocamento dos civis por parte dos militares na condução da proclamação. Conscientes disto, os republicanos históricos procuraram criar uma imagem de um posicionamento estratégico no ato da proclamação. Assim, frente às hesitações de Deodoro e ao desânimo e também hesitações de Benjamin, os históricos teriam sido, em sua própria avaliação, os que teriam tomado a decisão e impulsionado a República quando o momento era de hesitação e conformismo sendo os militares "os instrumentos livremente aceitos para implementá-la" (Carvalho: 1990:51).

Cabe ainda mencionar o papel dos positivistas ortodoxos que "reprovavam a Benjamin a maneira como foi feita a República", defendendo a transição para a sociedade positiva a ser feita pela própria "elite imperial", pelo imperador e clamavam pela implantação da ditadura já que se colocavam como "inimigos abertos da democracia representativa" (idem, p. 41). Para os positivistas ortodoxos, o Congresso teria apenas papel orçamentário. A finalidade da ditadura era implantar a república social consubstanciada na garantia de "todas as liberdades espirituais", entendidas como a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião e a ciência, e na incorporação do proletariado eliminando os privilégios da burguesia. "O ditador republicano governaria por toda a vida e escolheria seu sucessor" (idem, p.41). Os diretores do Apostolado estiveram "completamente alheios da insurreição militar só se aproximando quando o governo provisório havia sido instaurado (Castro; p. 114).

"O 15 de Novembro foi um golpe vitorioso, que praticamente não encontrou resistência" (idem, p. 8). Os militares não apresentavam a unidade que normalmente se supõe pois "no golpe republicano havia militares, mas não "os militares"" , ou seja, "apenas um grupo de militares – pequeno e muito específico – participou da oposição à Monarquia, da conspiração e do golpe" (idem, p. 9). Deste grupo de militares estavam fora "a grande maioria das praças" e praticamente também a Marinha que teve uma "participação mínima". E mesmo dentro do Exército, os oficiais que participaram eram jovens oficiais, de "patentes inferiores" havendo "muito poucos oficiais superiores". Assim, "não foi portanto a "classe militar" que deu o golpe, mas uma parcela muito específica" (idem, p.9) formada pela chamada "mocidade militar" composta por oficiais inferiores e alunos militares vindos dos chamados "corpos científicos" do Exército. Castro é enfático ao afirmar que "é preciso desfazer a imagem de que a necessidade de transição para a República era consensual entre a maior parte dos oficiais do Exército" (idem, p.9). Vale lembrar que, ao tempo do Império, não exatamente os militares mas a "a elite política central" firmara a necessidade prioritária da unidade nacional e acreditava que "República, descentralização política, autonomia das províncias e municípios levariam à fragmentação nacional" (Santos: 1978: 81).

Podemos agora fazer uma síntese de todos esses movimentos que levaram a efetiva proclamação da República: esta acaba resultando, por um lado, da própria degeneração do Império, acelerada com a Abolição e a perda de sustentação política das classes que se beneficiavam com a escravidão. Por outro lado, a ascensão da idéia da República resulta mais de um confronto entre a elite civil e a elite militar. À medida que esta se sente marginalizada e rejeitada pela primeira, desenvolve todo um ressentimento que vai servir de base para uma série de conflitos e de manifestações contrárias à ordem imperante. Mais ainda, a conscientização mais plena da questão republicana vai repousar fundamentalmente em jovens oficiais positivistas que vão encontrar o seu *guru* em Benjamin Constant, um militar que não se sentia militar e que já nos anos finais do Império ainda se colocava contra a República. Mas efetivamente quem vai proclamar a República, Deodoro, é um militar de longa data fiel ao Império, um homem do Império, que só por razões corporativas e particulares vai se colocar contra o Império. Ou seja, quem proclama a República não é republicano, seria um republicano "por passividade e por circunstância" ou um dos "republicanos de amanhã" (Aguilhon: 1991: 9). Mas como havia se tornado um crítico do Império e por ser a maior liderança do Exército, Deodoro vai assumir esse papel, ainda que sem qualquer convicção republicana. O Império caiu mais pelos seus próprios *méritos* do que pela existência de um movimento republicano avassalador, hegemônico, quer no plano militar quer no civil. Os civis, "republicanos "da véspera"" (idem, p. 10) por outro lado, além de não possuírem unidade não tinham conseguido empolgar a Nação, sendo o movimento republicano pouco expressivo, exceto em alguns bolsões localizados. Quanto aos positivistas ortodoxos (civis), estes 'corriam por fora', estavam completamente à margem dos movimentos pela proclamação da República, mas são estes que vão desempenhar um papel central na instalação do novo governo, talvez por formarem o único grupo que não tinha "dúvidas" ou "hesitações". E é este grupo que vai ser determinante na definição da bandeira nacional.

A REPÚBLICA, AS ELITES, A BANDEIRA

Se a proclamação é objeto de disputa ou de paternidade entre estes três grupos, o que parece haver consenso é em relação ao fato da ausência, marginalização do povo. O povo, ficou *bestializado* na feliz expressão de Aristides Lobo, um dos líderes civis da proclamação, entendendo que estava assistindo à uma parada militar liderada por Deodoro. "O povo seguiu curioso os acontecimentos, perguntou-se sobre o que se passava, respondeu aos vivas e seguiu a parada

militar pelas ruas. Não houve tomadas de bastilhas, marchas sobre Versalhes nem ações heróicas. O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil; fosse de Deodoro, Benjamin ou Quintino Bocaiúva" (Carvalho; 1990;53). Vale registrar que "a grande maioria das praças que integraram as tropas golpistas no 15 de novembro, ... não estava consciente de que se pretendia derrubar a Monarquia; ... nem alguns oficiais" (Castro; p. 193), sendo "pequeno o número de republicanos convictos" (Carvalho: 1990: 57). A falta de coesão do Partido Republicano no Rio de Janeiro constituía-se o principal obstáculo ao desenvolvimento da idéia republicana. "E a proclamação, afinal, resultou de um motim de soldados com o apoio de grupos políticos da capital" (Carvalho;1987; 13). Mais ainda, o novo regime fora proclamado por movimento ocorrido totalmente na capital, "para surpresa de quase todas as províncias" (idem, p. 22). Assim, talvez a idéia inicial do povo *bestializado* possa ser ampliada para incluir esses grupos que também não sabiam o que estava acontecendo. Ademais, ao se considerar a marginalização sofrida pelos republicanos históricos civis, não-positivistas, o conceito de *bestializado* deve ser ainda mais elástico, isto sem mencionar a absoluta maior parte da população localizada fora dos poucos "grandes" centros urbanos.

Quanto ao tipo de República que deveria ser instaurado, não haviam referências, "não havia clareza, entre a "mocidade militar", a respeito de como a República vindoura seria organizada". "Parece ter sido suficiente saber que se tratava da forma científica de governo, aquela onde reinaria o mérito, ordenador de toda a vida social" (Castro; p.144). A falta de definição a respeito da forma que a República deveria assumir se facilitou, por um lado, a unidade de pensamento e ação da "mocidade militar" antes do golpe de 1889; por outro lado, contribuiu para apressar sua fragmentação assim que a República foi instituída (idem, p.144). Constitui-se pouco antes do golpe uma "frágil unidade" da "classe militar" entre a "mocidade militar" liderada por Benjamin Constant e um pequeno grupo de oficiais *troupiers*, próximos a Deodoro, mas que "desfez-se em pouco tempo" (idem, p. 197). Cabe observar que "como discurso, as ideologias republicanas permaneciam enclausuradas no fechado círculo das elites educadas", mas "acabavam por defender, cada uma a sua maneira, o envolvimento popular na vida política" (Carvalho: 1990: 10) com destaque para os positivistas "que exultaram com o advento do novo regime, julgando ter chegado a hora, a que se consideravam destinados, de exercerem a tutela intelectual sobre a nação" (Carvalho; 1987; 24). É nesse contexto que vai ser definida a bandeira brasileira, um contexto de uma hegemonia extremamente precária, com conflitos latentes e abertos intra-elites, principalmente entre militares e civis, e com um alheamento completo do povo, das massas com predomínio absoluto de um projeto conservador, mais um projeto conservador.

José Murilo de Carvalho (1990), em quem quase que exclusivamente nos basearemos na parte final deste trabalho, nota que houve na implantação no novo regime no Brasil, em menor escala que na França, uma "batalha de símbolos e alegorias" em torno da "imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos". É através do imaginário que "as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro" (idem, p. 10). O imaginário social se constitui não só de ideologias e utopias mas também de "símbolos, alegorias, rituais, mitos", sendo que símbolos e mitos podem tornar-se "elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos". E mais: "na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas" (idem, p.10). Por outro lado, ainda temos que considerar que "a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas" (idem, p. 11).

A Revolução Francesa regurgitava uma vasta produção de símbolos. Os republicanos brasileiros que tinham a França como modelo tinham "um rico material em que se inspirar", o que era facilitado pela falta de símbolos tão prolíficos por

parte da corrente liberal inspirada na Revolução Americana dado que não interessava a esta última "expandir além do mínimo necessário a participação popular" (idem, p. 12). Assim, o entusiasmo dos nossos republicanos civis tinha como fonte de inspiração a revolução de 1789, seguíamos a tradição francesa, consubstanciada em palavras de ordem, no hino, nas expressões de saudação, em indumentárias. No dia 15 de novembro, o hino que se ouvia nas ruas era a *Marselhesa*, mas quanto à bandeira não havia nenhuma apropriada para o momento. Haviam várias possibilidades quanto à uma bandeira a ser adotada. Uma imitação da bandeira americana, criada pelo Clube Republicano Lopes Trovão, foi hasteada na Câmara Municipal do Rio, lá permanecendo até o dia 19 de novembro (idem, p. 111). Uma outra escolha, e "mais lógica" seria uma adaptação da bandeira dos inconfidentes, dada a forte inspiração buscada pelos positivistas em Tiradentes. Esta bandeira "conservava o desenho original, ao qual acrescenta as cores verde e amarela da bandeira imperial" (idem, p. 111). A questão da definição da bandeira é marcada por muita imprecisão, falta de informações e de fontes seguras, mas tem-se como certo que "foi imediata a reação dos positivistas ortodoxos à bandeira do Clube Lopes Trovão. Rapidamente conceberam outro modelo" (idem, p.112) enviada ao governo provisório através de Benjamin Constant. "Na concepção da bandeira positivista, como em quase tudo, os ortodoxos seguiram as indicações de Comte" (idem, p.112). Assim, a partir da bandeira imperial, conservaram o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul, suprimiram os emblemas imperiais e transferiram de lugar as estrelas. "A principal inovação, a que gerou maior polêmica, a *que ainda causa resistência*, foi a introdução da divisa "Ordem e Progresso"" (idem, p.113) (ênfase adicionada). Rui Barbosa, então ministro do governo provisório, e "um convicto liberal", com dificuldades aceita a idéia mas pede para Teixeira Mendes, liderança dos ortodoxos, justificar a proposta publicamente. O decreto que adotava a bandeira positivista é publicado no dia 19 de novembro, apenas quatro dias após a proclamação, "numa demonstração da eficácia da ação dos ortodoxos" (idem, p.113). A explicação de Teixeira Mendes, publicada no Diário Oficial de 24 de novembro, baseada nos princípios positivistas, alega que a bandeira "deve ser símbolo de fraternidade e ligar o passado ao presente e ao futuro". O passado era mantido através da conservação de parte da bandeira imperial considerando que "a Monarquia e o catolicismo eram fases da evolução da humanidade, a ser superadas, mas necessárias e portadoras de aspectos positivos" (idem, p. 113). A divisa "Ordem e Progresso" cumpria, em sua justificativa, o papel de representar o presente, o novo regime, e o futuro possibilitado pelas "descobertas científicas da dinâmica social do Mestre". Teixeira Mendes ainda tenta explicar o verde da bandeira ligando-o à Revolução Francesa e à Tiradentes (idem, p.113).

Carvalho destaca que abriu-se, a partir daí, uma intensa e longa polêmica. "A oposição à nova bandeira foi também imediata". Para o *Diário do Commercio* o governo estava adotando um símbolo que refletia a posição de uma seita religiosa, não se adequando a um símbolo nacional. Teixeira Mendes retruca que a divisa "Ordem e Progresso" não significava adesão ao positivismo, tratando-se de aspiração universal, e portanto, do povo brasileiro. Argumenta ainda que os positivistas não querem nada da República, a não ser a ditadura republicana no sentido de garantir a ordem e o progresso. Existem indicações que "o próprio Deodoro não ficara satisfeito com a nova bandeira" e que teria tentado reformá-la "provocando novamente a ira de Teixeira Mendes, que ameaça o marechal com o

⁴ O Jornal do Brasil, em sua edição de 8/9/1892, era favorável à mudança argumentando que o governo provisório havia adotado uma bandeira inspirada "por um grupo sectário, insignificante, diminutíssimo em número, medíocre em valor social, antipático ao país e sem apoio nele, representando não o sentimento nacional mas um novo ultramontanismo, e que tem por chefe invisível um decrépito filósofo francês" (Carvalho; 1990: 151).

⁵ Um exemplo disto reside na criação de uma Comissão durante o governo Sarney para estudar modificações na bandeira nacional, especialmente a conveniência da continuidade da inscrição "Ordem e Progresso" (Fragale Filho; 1998).

fantasma de Benjamin, para ele o verdadeiro fundador da República" (idem, p.115). Um novo questionamento da bandeira, em 1892, provavelmente apoiado pelo Presidente Floriano, propondo a retirada da divisa positivista e a substituição das estrelas pelas armas da República, é fortemente repellido pelos alunos da Escola Superior de Guerra argumentando novamente que era uma tentativa de profanar a memória de Benjamin Constant, de adotar o modelo da bandeira americana, de adoção de "uma república liberal-democrática, em vez da ditadura republicana pregada pelo positivismo, ligada às tradições políticas francesas" (idem, p.115). A bandeira foi ainda rejeitada pelo bispo do Rio de Janeiro que se recusou a abençoá-la devido a presença da divisa da seita religiosa positivista (idem, p. 116). "A ação dos ortodoxos foi extremamente hábil e eficaz. Ainda que minoria, conseguiram mobilizar setores jacobinos da população e, principalmente, o radicalismo militar. A mudança foi barrada por um veto desses setores. Floriano, embora contra a bandeira - não era positivista -, tinha neles sua base de apoio" (Carvalho; p. 116) (ênfase adicionada) ⁴.

Ao final de 1893, com a guerra civil, o "assunto da bandeira morreu", mas "talvez persista até os dias de hoje" (idem, p.116) (ênfase adicionada) ⁵. Apesar do encerramento da polêmica após os primeiros anos da República, cabe ainda observar que, segundo informações dos positivistas da época, somente após ver a bandeira de modelo americano no dia 15 é que eles se mobilizaram para apresentar outra bandeira. Na apresentação dos argumentos de Miguel Lemos, outra liderança ortodoxa, pode-se perceber o elevado grau de fidelidade e engajamento do Apostolado ao pensamento positivista. Assim, a primeira sugestão referia-se à bandeira proposta por Comte para a terceira fase da transição orgânica, mas estando o Brasil na primeira fase o novo emblema deveria conservar o modelo imperial, acrescentando a divisa (idem, p. 118). Nos parâmetros do positivismo poderíamos dizer que a definição da bandeira foi "científica".

Além da bandeira, Carvalho também analisa a questão da escolha do hino por parte do governo provisório e observa que "mais do que a batalha da bandeira, a do hino nacional significou uma vitória da tradição, pode-se mesmo dizer uma vitória popular, talvez a única intervenção vitoriosa do povo na implantação do novo regime" (idem, p. 122) (ênfase adicionada). Os republicanos não tinham hino próprio e, assim, cantaram, no dia 15, nas ruas do Rio de Janeiro a *Marselhesa*. Em 22 de novembro de 1889, o governo decidiu promover um concurso para musicar uma letra feita para a *Marselhesa*, mas em uma manifestação militar e pública em 15 de janeiro de 1890, após ser executada a *Marselhesa* foi tocado o hino composto pro Francisco Manuel da Silva, existente desde o Império e foi decidido "que ele continuasse como hino nacional", que possuía forte apelo popular e militar (idem, p. 125). "Não há registro de reação negativa à decisão de manter o hino monárquico", considerando que este já estaria enraizado na tradição popular, "já se tornara símbolo da nação antes que de um regime político" (Carvalho; p. 125). Esta era a opinião de Raul Pompéia que não acreditava em "hinos de encomenda" (idem, p. 125).

Também Chauí analisa a questão da bandeira e destaca que todas as bandeiras nacionais, implantadas ao longo do século 19 e início do século 20, são bandeiras tricolores, com exceção da brasileira. As cores da bandeira brasileira não têm significados políticos, exprimem a natureza do Brasil: o verde representa as matas, e não as lutas camponesas pela justiça; o amarelo simboliza a riqueza do solo nacional ao invés da busca da Cidade do Sol; o azul mostra a beleza do céu estrelado nacional mas não o fim da monarquia, e o branco não simboliza "a paz conquistada pelo povo, mas a ordem (com progresso, evidentemente)" (Chauí: 1994: 23). Assim, "a bandeira brasileira não exprime o político, não exprime a história" (idem, p.23). Ou seja, a bandeira seria despolitizada, não exprime a política, mas a natureza. "Temos, portanto, uma bandeira aparentemente despolitizada e a-histórica" (idem, p. 23). Mas, na verdade, ela é "extremamente politizada" dado que simboliza "o paraíso terrestre" (idem, p. 23). Junto com a bandeira, analisando também o hino, Chauí conclui que "o Brasil pertence ao mundo da natureza e não ao da cultura e da história" (idem, p. 24).

Cabe ainda comentar que "a República brasileira, à diferença de seu modelo francês, e também do modelo americano, não possuía suficiente densidade popular para refazer o imaginário nacional. Suas raízes eram escassas, profundas apenas em setores reduzidos da população, nas camadas educadas e urbanas. O grosso da nação era-lhe alheio, se não hostil. Sua proclamação por iniciativa militar também não contribuiu para popularizá-la" (Carvalho: 1990: 128). Na definição do símbolo da bandeira, como em outros, "a presença dos positivistas ortodoxos foi constante e notória, com exceção do caso do hino, "talvez por concordarem com a solução adotada" (idem, p. 129). Esses positivistas "constituíram, sem dúvida, o grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população. Suas armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos. Por eles e com eles lutaram com dedicação apostólica (seus inimigos diriam com obsessão de fanáticos)" (idem, p. 129). Assim, "a junção da doutrina comtista", que seria aquela mais professada pelos militares, "com a visão estratégica dos ortodoxos fez desses positivistas os principais manipuladores de símbolos da República"(idem, p. 139). O papel da propaganda seria chave pois "a presença de um positivista como Benjamin entre os proclamadores da República fora um golpe de sorte, mas cairia no vazio se a propaganda não levasse adiante a tarefa do convencimento. Daí a luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos" (idem, p.140), entre os quais se inclui a bandeira nacional. A iniciativa de Constant à frente do Ministério da Instrução "sucumbiria ao sectarismo ortodoxo e atuante do Apostolado, cuja atuação era por demais respeitada e temida pelo mesmo" (Fragale Filho: 1998:51), localizando-se aí a forma como o positivismo ortodoxo influenciou o governo provisório.

De todos esses elementos podemos tirar fundamentos para nossa postulação. Entendemos que a bandeira nacional foi definida de uma forma rápida e, assim como a República, sem qualquer participação popular. Os *bestializados* que não participaram da proclamação da República, também não participaram da definição da bandeira. Mais ainda, se a República já foi obra de um limitado grupo de militares e, subsidiariamente de civis, a bandeira foi definida praticamente por um grupo que este completamente ausente da instalação do novo regime, os positivistas ortodoxos. Estes chegaram ao governo através de Benjamin Constant, e pelas informações apresentadas, exerciam sobre este forte influência, talvez domínio. Colocando-se como o grupo mais consistente ideologicamente falando, puderam exercer o controle sobre os hesitantes. Assim, a bandeira nacional identifica-se e representa fundamentalmente as bases ideológicas de um grupo minoritário e sectário que controlava momentaneamente o governo e que pregava uma ditadura. As alianças feitas àquela época eram extremamente precárias e frágeis, devido a ausência de hegemonia de qualquer corrente política existente no País. A expressão máxima dessa ideologia contida na bandeira reside justamente no dístico "Ordem e Progresso". E é esta bandeira que vai perdurar até hoje e que resistiu a várias críticas e tentativas de substituição. Em outras palavras, temos uma bandeira que recende a positivismo, a ditadura, a autoritarismo, a elitismo, a despolitização, a ojeriza ao cidadão. Em outras palavras, o conteúdo do dístico é francamente anti-democrático. Voltamos ao nosso argumento que a bandeira é um símbolo por demais importante para uma nação para ser decidido nas condições que marcaram a definição da atual bandeira brasileira.

UMA BREVE INCURSÃO PELO POSITIVISMO

Ainda que de uma forma rápida, cabe entender mais a fundo o que representou o positivismo no caso brasileiro. O positivismo foi adaptado ao Brasil, dadas as condições completamente distanciadas daquelas existentes na França de Comte. Não existia entre nós, por exemplo, entre outras condições, o proletariado reclamado na situação original. Porém, todos os esforços dos

ortodoxos no sentido de superar as dificuldades existentes, parecem indicar que eles "mais pareciam um grupo político com idéias muito precisas sobre a tarefa a realizar e os meios a utilizar do que um bando de fanáticos religiosos e loucos", sendo marcados por "um voluntarismo político que acreditava poder forçar a marcha da história pela ação de uma vanguarda política bem organizada, homogênea..." (idem, p. 139). A esse propósito vale agregar que um exemplo clássico de transferência de idéias de um centro de produção para a periferia refere-se ao positivismo comteano para a América Latina. "O inóspito *habitat* latino-americano, pontilhado de formas de relações sociais e culturais produzidas por sistemas de vida que mesmo quando enganchados na dinâmica da expansão capitalista internacional resistiam à racionalização crescente da sociedade e da economia, gerou uma deformação simpática no positivismo. Tornou-o paladino da idéia de progresso. A diferença de *habitat* cultural não pôde cortar pela raiz a outra idéia da filosofia política positivista, a da ordem. Mas, pelo menos, mitigou seus ímpetos uniformizadores, dada a variedade e a desordem constitutiva de um continente formado pela miscigenação de alguns modos de produção assentados em princípios básicos conflitantes, e tornou o positivismo ideologia mais reformista do que reacionária" (Cardoso; 1980: 17/18). Cabe ainda acrescentar que "a larga e bem-sucedida" difusão do positivismo no Brasil "constitui até hoje um dos grandes mitos de nossa vida intelectual e política", sendo reconhecido por um eminente estudioso de Comte - Prof. Paul Arbousse-Bastide -, que o Brasil é "a verdadeira pátria do Positivismo" (Arantes: 1988; 186). Apesar do grandioso "fuso histórico entre a terra do positivismo e a sua verdadeira pátria brasileira", os positivistas brasileiros "foram os únicos a compreender as verdadeiras intenções de Auguste Comte" (idem, p. 187). Quais seriam as razões do sucesso do positivismo entre nós? Longe de poder entrar no debate, acreditamos que este sucesso resida no seu forte apelo ao autoritarismo, às soluções elitistas, encontrando o positivismo "terreno fértil" no Brasil (Fragale Filho: 1998:31). O positivismo está na base do que Getúlio Vargas viria a implantar com o Estado Novo, e do que viria a ser a modernização conservadora dos militares nas décadas de 60/80 e guarda uma razoável relação com o que O'Donnell (1991) chama de *democracia delegativa* que expressa um conteúdo democrático bastante limitado.

Na visão de um positivista ortodoxo - um apóstolo - , Miguel Lemos, houve um período de três meses do governo provisório, onde pontificavam duas expressões do positivismo (Constant e Demétrio Ribeiro), identificado como uma "ditadura republicana imperfeita" onde foram rascunhados "algumas propostas de nação, alguns projetos nacionais" baseados no ideário positivista, que "propagaram uma espécie de *standard* político autoritário" (Fragale Filho; 1998; 31). Na elaboração da Constituição de 1891, à cargo do Congresso Constituinte, é "que se perceberá mais claramente a existência de um projeto positivo para o Brasil, que restou limitado ao espaço regional gaúcho, até que, amadurecido, alcançasse hegemonia nacional por meio da revolução de 1930" (idem, p. 54). Em outras palavras, a Constituição de 1891 não é positivista, tem uma "estampa liberal", mas tem forte influência comtista (idem, p.77), sendo texto positivista por excelência a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul da mesma época (idem, p. 77). Esta Constituição "enfrentou contratempos" enquanto esteve restrita ao Rio Grande do Sul, mas "soube superá-los e transformá-los em lição para a perspectiva de sua aplicação, que se abraira com a vitória da Revolução de 30" (idem, p. 99). Com esta seria implantado um "extenso sistema de tutela" (idem, p. 99) e baseado em Alfredo Bosi, Fragale Filho vai observar como esse modelo é mantido vivo até 64 e sobrevive até a década de 90 (idem, p. 101). Assim, "o positivismo manteve uma forte, ainda que difusa, influência no Brasil do século XX, não por suas doutrinas detalhadas mas por seu estilo intelectual - sobretudo pelo apelo a uma abordagem "científica" para a compreensão da sociedade e da história" (Skidmore: 1998: 98).

DE VOLTA AO COMEÇO

Voltando as colocações iniciais de Carlos Lessa, entendemos que carregar um símbolo deturpado é algo extremamente forte para um povo e uma Nação. E a bandeira é um símbolo extremamente forte ⁶. Carregamos esta herança forte e marcante desse positivismo que resiste historicamente. A bandeira está o tempo todo a nos lembrar dessa herança. É neste sentido que questionamos o dístico "Ordem e Progresso" por tudo que ele encerra e representa. E ainda mais em um momento histórico muito delicado que estamos vivendo de hegemonia do neoliberalismo onde a desnacionalização e o conceito de Nação está em risco, ainda mais no caso brasileiro. Assim, é que trazemos para consideração a proposta de substituição do dístico existente por "Independência ou Morte". Não temos espaço aqui para fundamentar esta proposta. Mesmo consciente de que este lema também carrega seus problemas e limitações considerando que não representou nenhuma ruptura mais profunda com uma ordem existente, de qualquer forma marca o nascimento de uma Nação e tem um forte apelo para a criação de uma identidade de Nação, identificando-se com valores mais elevados como o de independência. Mesmo que essa independência não tenha se concretizado é uma excelente chamada para o seu despertar. Evidentemente são grandes as diferenças entre a situação francesa e a brasileira – como este artigo em várias passagens alertou, diga-se de passagem -, mas cabe observar a resistência francesa à mudança da bandeira tricolor, representativa de uma mudança histórica impregnada no coletivo nacional⁷. Se a bandeira republicana implantada no Brasil ao manter elementos da bandeira anterior (imperial) estava preservando componentes mais perenes da história nacional, ao introduzir uma "comunicação" como a inserida no dístico, estava tomando um partido ideológico, que não refletia uma posição hegemônica.. Então, na impossibilidade da mera supressão do dístico, entendemos que deva ser substituído por "Independência ou Morte" que representa o berço, o momento do nascimento da Nação brasileira além de ter um apelo ligado a valores mais elevados do que o atual e expressa uma idéia de Nação. Estamos conscientes também de que não é a simples substituição do dístico da bandeira que irá gerar novas condições de identidade e auto-estima, mas certamente pode abrir um debate para tratar essas categorias tão estratégicas para definir o futuro da Nação brasileira.

⁶ "O fato de evocar com repulsa a violência e o sangue derramado em motins também pode ter contribuído para que – num gesto de eloquência que se tornaria célebre – Lamartine repudiasse a bandeira vermelha que alguns manifestantes queriam adotar em vez da bandeira tricolor. E por que uma bandeira vermelha? A identificação dessa cor viva com a revolução social era uma tendência recente, de origem pouco clara. Já a idéia de mudar de bandeira a cada vez que se mudava de regime parecia na época perfeitamente natural. Não fora assim em 1789, em 1814, duas vezes em 1815 e também em 1830? Por que não seria assim em 1848, quando a república vinha substituir a monarquia? Graças a Lamartine prevaleceu a tese hoje comum, mas então novíssima, de que o emblema das três cores não era apanágio de determinado regime, mas da nação em sua continuidade. Para que ficasse bem acentuada a intenção popular do regime nascido em fevereiro, bastava acrescentar uma roseta vermelha à haste da bandeira. Assim, através da voz de Lamartine, o governo provisório foi capaz de canalizar os confusos ímpetus populares e manter o Estado" (Aguilhon: 1991: 48).

⁷ Roberto Da Matta destaca como "alguns dos símbolos máximos da nacionalidade moderna" a bandeira, a moeda, a constituição e o congresso (Da Matta, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agulhon, Maurice. 1848 – O Aprendizado da República. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1991.
- Cardoso, Fernando Henrique. As Idéias e seu Lugar. Petrópolis. Vozes/CEBRAP. 1980.
- Carvalho, José Murilo. Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Companhia das Letras. 1987
- . A Formação das Almas – O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.
- Castro, Celso. Os Militares e a República – Um Estudo sobre Cultura e Ação Política. Rio de Janeiro. Zahar. 1995
- Chauí, Marilena. "Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados". In: Evelina Dagnino (org.). Anos 90 Política e Sociedade no Brasil. São Paulo. Brasiliense. 1994.
- Da Matta, Roberto. "Pátria Amada". In: Icaro. Varig. 182. Outubro 1999.
- Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder. Vol. 2. Rio de Janeiro. Globo. 1987.
- Fragale Filho, Roberto da Silva. A Aventura Política Positivista – Um projeto republicano de tutela. São Paulo. LTr. 1998.
- Ianni, Octavio. A Idéia de Brasil Moderno. São Paulo. Brasiliense. 1994
- Lessa, Carlos. "Sem auto-estima e identidade não sairemos da crise". In: Adhemar Mineiro, Luiz Antonio Elias, Cesar Benjamin (org). Visões da Crise. Rio de Janeiro. Contraponto. 1998.
- O'Donnell, Guillermo. Democracia Delegativa? Novos Estudos. CEBRAP. N. 31. Outubro 1991.
- Santos, Wanderley Guilherme. Ordem Burguesa e Liberalismo Político. São Paulo. Duas Cidades. 1978.
- Skidmore, Thomas. Uma História do Brasil. São Paulo. Paz e Terra. 1998.